



Economia Real

Luís Todo Bom

A REVERSÃO DAS REVERSÕES

A opinião de todas as instituições, nacionais e internacionais, é unânime: O Orçamento do Estado Português, de 2016, não vai ser cumprido.

O consumo, as exportações e o PIB vão crescer menos do que o previsto, o investimento não arranca, a balança comercial e o défice das contas públicas vão sofrer um agravamento e o endividamento vai aumentar.

Algumas instituições projetam um défice das contas públicas superior a 3%, mantendo-se o país sob o regime de défices excessivos. Com os limites de compras de dívida pública por parte do BCE ocorrerá uma subida das taxas de juro, agravando a situação financeira do país.

A minha opinião, infelizmente, ainda é mais negativa, pela seguinte razão: o efeito da crise de Angola está subavaliado nas projeções macroeconómicas de 2016.

A atual crise económica de Angola, a mais grave deste século, tem repercussões sobre a balança comercial — diminuição das exportações de bens e serviços; sobre a balança de pagamentos — redução das transferências dos dividendos das empresas portuguesas, dos rendimentos dos expatriados, e dos angolanos com família a residir em Portugal;

Redução do consumo originado em Portugal a partir de rendimentos gerados em Angola; aumento do desemprego nacional e das despesas da segurança social, por via dos portugueses que perderam os seus postos de trabalho.

Se todos tivermos razão, as medidas corretivas deste orçamento, serão obrigatórias, originando uma redução do rendimento disponível das famílias.

Pelo lado da receita, aumentando o IVA, único imposto indireto com margem para tal, e os impostos sobre o rendimento.

Pelo lado da despesa, reduzindo a massa salarial da função pública e os FSE, obrigando, provavelmente, ao regresso das 40 horas.

A dinamização do investimento e o controlo dos défices das empresas públicas exigirá a intervenção dos grupos empresariais internacionais.

Estaremos, assim, perante a reversão das reversões.

E as perguntas que os portugueses formularão serão: Porquê? Com que direito continuarão os políticos a fazer experiências, dolorosas, connosco?

Professor Associado Convidado do ISCTE